



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 6.714

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES E OBRIGAÇÕES PARA OS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO AO ART. 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o Prefeito Municipal **DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA** sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, autorizado a estabelecer diretrizes e obrigações para os Órgãos Públicos Municipais controlarem as despesas correntes, nos termos do § 1º do art. 167-A da Constituição Federal, até que as despesas correntes liquidadas retornem a valores inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) das receitas correntes arrecadadas.

Art. 2º Para atender integral ou parcialmente os incisos I, II, III, VI, VII, VIII e X do art. 167-A da Constituição Federal, e outras medidas que contribuem para reduzir as despesas correntes, os Órgãos Públicos Municipais poderão tomar as seguintes medidas:

I - publicar Decreto com as medidas de contenção das despesas correntes;

II - reduzir o tempo de funcionamento dos setores administrativos e operacionais que não atendem ou se relacionem de forma direta com os munícipes, com compensação dos dias não trabalhados;

III - fechar, nos dias subsequentes ou precedentes aos feriados, as repartições públicas em que seja possível a suspensão dos serviços, com compensação dos dias não trabalhados;

IV - suspender novas contratações, exceto as que contribuem com o aumento das receitas ou com a redução de despesas correntes e aquelas relatadas em apontamentos pretéritos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e de decisões judiciais;

V - restringir as horas-extras, com a criação de cotas de horas-extras para as unidades;

VI - contingenciar as despesas correntes, com liberação para renovação de contratos, e casos excepcionais, aprovadas por comissão criada para este fim.

Parágrafo único. Os Órgãos Públicos Municipais poderão tomar outras medidas que se fizerem necessárias para atender o que trata o § 1º do art. 167-A

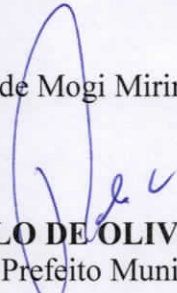
Art. 3º As medidas para a redução das despesas correntes de que trata o art. 2º desta Lei, implementadas no âmbito de todos os Órgãos Públicos Municipais, deverão ser publicadas por Decretos específicos.


Art. 4º As medidas impostas por esta Lei serão regulamentadas por Decretos e ratificarão os Decretos, Resoluções e Portarias que estabeleceram procedimentos para cumprimento do § 1º do art. 167-A da Constituição Federal, publicados anteriormente a sua vigência.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 14 de dezembro de 2023.


DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal


REGINA CÉLIA S. BIGHETI
Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 136/2023
Autoria: Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito
A(O) Leil 6714
FOI PUBLICADA(O) em 16/12/23
NO ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
(JORNAL Oficial)